



Pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres

Poverty in female-headed single-parent families

Yohandra Rad Camayd

E-mail: hacamay2017@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6366-9727>

Eugenio Namuele Guli

E-mail: eugenioisced@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9403-7976>

Instituto Superior Politécnico Evangélico de Lubango. (ISPEL). Angola

Cita sugerida (APA, séptima edición)

Rad-Camayd, Y. & Namuele-Guli, E. (2022). Pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres. *Revista Sociedad & Tecnología*, 5(1), 138-152. Doi: <https://doi.org/10.51247/st.v5i1.195>

RESUMO

A pobreza é um flagelo que afecta o mundo inteiro, agravando grupos vulneráveis como as mulheres. O objectivo deste trabalho é analisar as características da pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres; Para o qual foi desenvolvido um estudo descritivo, apoiado nos métodos: revisão bibliográfica, análise documental, hermenêutica, histórico-lógica e estatística. Entre os principais achados está o fenómeno da pobreza mediado por critérios de género, o número de mulheres pobres é maior que o de homens e há uma tendência de aumento, principalmente relacionada ao aumento de domicílios chefiados por mulheres. No contexto angolano, a magnitude e intensidade da feminização da pobreza aumentam a polarização social extrema.

As estratégias para solucionar esse fenómeno, embora tenham se mostrado flexíveis e adaptáveis às condições existentes, privilegiam os problemas materiais e a sobrevivência imediata, sem se aprofundar suficientemente em suas causas. Os projectos familiares, quando existem, têm baixo grau de estruturação e elaboração, têm perspectiva de curto prazo e expressam demandas assistenciais com baixo nível de demanda, ao invés de aspirações futuras.

Palavras-chave:

Pobreza, características, paternidade monoparental feminina, estratégias de combate à pobreza

ABSTRACT

Poverty is a scourge that affects the entire world, aggravating vulnerable groups such

as women. The objective of this work is to analyze the characteristics of poverty in single-parent families headed by women; for whom a descriptive study was developed, supported by the following methods: literature review, document analysis, hermeneutics, historical-logical and statistical analysis. Among the main findings is the phenomenon of poverty mediated by gender criteria, the number of poor women is greater than that of men and there is an upward trend, mainly related to the increase in households headed by women. In the Angolan context, the magnitude and intensity of the feminization of poverty increases extreme social polarization. Strategies to solve this phenomenon, although they have shown themselves to be flexible and adaptable to existing conditions, privilege material problems and immediate survival, without going into their causes sufficiently. Family projects, when they exist, have a low degree of structuring and elaboration, have a short-term perspective and express assistance demands with a low level of demand, rather than future aspirations.

Keyboard:

Poverty, characteristics, female lone parenthood, poverty alleviation strategies

INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenómeno social que está se tornando cada vez mais importante tanto académica quanto politicamente. É um fenómeno complexo e multidimensional, que não só afecta a redução do bem-estar individual ou colectivo, mas também afecta a capacidade das pessoas de satisfazerem as suas necessidades básicas, nomeadamente o acesso à habitação, saúde, educação, água e electricidade.

A preocupação com a pobreza e suas consequências sociais tem tido um incremento em todo o mundo, isso se evidencia no aumento do seu tratamento por especialistas e formuladores de políticas sociais, alguns preocupados com

a sua erradicação enquanto outros propõem medidas paliativas à sua gestão, de forma a reduzi-la. o nível de conflito que sua presença gera, como fenómeno social (Voggon-Hernández, 2013; Romero Carrera et al., 2021).

A pobreza é frequentemente entendida como falta de dinheiro; no entanto, há um consenso crescente de que um único indicador não captura todas as privações da vida humana. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas e adoptados pela comunidade mundial, propõem monitorar 244 indicadores simultaneamente para compreender os desafios do progresso global em direcção a maior prosperidade e justiça para todos (Becerra Erráez et al., 2021).

Os ODS visam erradicar a pobreza em todas as suas formas e propõem dois objectivos complementares: um, que se concentra na pobreza monetária, e outro que consiste explicitamente em reduzir pela metade a pobreza multidimensional de crianças, mulheres e homens, de acordo com as definições nacionais.

No caso de Angola, em 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou o relatório "Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola". Este relatório apresentou o Índice Multidimensional de Pobreza por Município (IPM-M), um índice que evidencia as múltiplas deficiências que afectam a população em termos de saúde, educação, qualidade de habitação e emprego.

De forma complementar, os resultados sobre a pobreza monetária recentemente publicados pelo INE, calculados a partir do Inquérito à Despesa e Rendimentos de Angola (IDR) no período 2018-2019 e centrados na pobreza medida em termos de consumo de bens e serviços, apontam que a pobreza em Angola é de 40,6%, o que significa que cerca de 41 em cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo do limiar da pobreza, estimado em

12.181 KHz. Por mês A incidência da pobreza é maior nas áreas rurais, representando quase o dobro em comparação com as áreas urbanas.

Com base nessas considerações e antecedentes, o objectivo deste trabalho é analisar as características da pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres; Com o objectivo de contribuir e ampliar o conhecimento sobre o assunto; respondendo ao problema de pesquisa: Quais são as semelhanças e diferenças nas estratégias de combate à pobreza em famílias monoparentais chefiadas por homens e mulheres?

No desenvolvimento do trabalho são abordados os seguintes aspectos: análise da pobreza a partir de diferentes abordagens e teorias, formas de analisar e medir a pobreza, a pobreza em Angola, a pobreza na perspectiva do género e famílias monoparentais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa descritiva baseia-se nos métodos de revisão bibliográfica, documental, hermenéutica, estatística e de análise histórico-lógica. Por meio da revisão bibliográfica e da hermenéutica, diversos materiais sobre o tema em estudo foram estudados, interpretados e cotejados (Espinoza Freire, 2019); assim mesmo, o análises documental facilitou a consulta de documentos nacionais e internacionais, tales como os relativos aos ODS aprovados por la Assembleia General de las Nações Unidas e o informe do INE e do PNUD, “Pobreza multidimensional nos municípios de Angola”, entre outros.

Além disso, a pesquisa propõe uma perspectiva histórica baseada no método lógico-histórico ao revelar a evolução do problema e seu condicionamento histórico-social. Por outro lado, o método estatístico facilitou a análise e interpretação dos dados numéricos fornecidos pelos documentos e materiais bibliográficos consultados.

A feminização da pobreza, com ênfase na esfera das famílias chefiadas por mulheres, é o objecto desta pesquisa, é um tema abordado por outros pesquisadores, mas ainda não suficientemente. O que há de novo neste trabalho é o tratamento da pobreza feminina em comparação com a dos homens; Para o qual foi realizada uma análise comparativa, determinando a existência de semelhanças e diferenças na construção de estratégias de combate à pobreza por famílias monoparentais.

EM DESENVOLVIMENTO

A evolução histórica das definições de pobreza oferece um espaço para analisar as diferentes teorias e abordagens através das quais o fenómeno foi estudado.

Abordagem da pobreza. Teoria e contexto para sua análise.

A pobreza é complexa e multidimensional por natureza, que não pode ser reduzida a deficiências materiais ou padrões de vida precários. Ao contrário, em sua produção e reprodução estão inter-relacionadas múltiplas determinações económicas, sociais, políticas, culturais, familiares, entre outras, que se manifestam de diferentes formas na ordem material e espiritual. Alguns deles são: analfabetismo, desnutrição, altas taxas de mortalidade e morbidade, baixa acesso à informação e cultura e baixos níveis de participação social, que também atuam sinergicamente impedindo o desenvolvimento humano (Flowers-Medina, 2008).

A trajectória dos estudos da pobreza até muito recentemente caracterizou-se pela ênfase na descrição do fenómeno e no desenvolvimento de propostas para sua identificação e mensuração (Zabala-Argüelles, 2009), o que teve impacto directo na formação e implementação de estratégias para lidar com isso.

Os modelos de desigualdade e pobreza propostos pelas Ciências Sociais têm se caracterizado pela diversidade

paradigmática e pela oposição de várias visões causais construídas a partir de diferentes matrizes teóricas. A sociologia, por sua vez, forneceu critérios que vão além da definição e tratamento do assunto com base em indicadores macroeconómicos, como a incorporação de abordagens fenomenológicas culturais e qualitativas em geral, bem como a existência de perspectivas mais estruturalistas e mais radicais. Termos sociopolíticos (Espina-Prieto, 2010; Ayala Ayala et al., 2021).

Assim, a abordagem ou perspectiva marxista coloca sua ênfase nas várias formas de propriedade e nas condições sociais de existência, que levantam toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, formas de pensar e diferentes concepções de vida incorporadas de maneira peculiar. A partir dessa abordagem, alude às desigualdades sociais relacionadas às estruturas produtivas, uma vez que as diferentes formas de propriedade definem as diferentes classes sociais e conduzem a um nível de diferenciação e desigualdade que, muitas vezes, gera cenários de pobreza. Analisa-se aqui a diferenciação da base económica, que é reflexo e efeito dos diferentes acessos à propriedade sobre os meios de produção, para que a articulação produtiva e, portanto, social ocorra sob a lógica de proprietários exploradores e despossuídos, explorados (Marx, 1997).

Por outro lado, a perspectiva weberiana considera que a desigualdade está associada aos vínculos entre o poder e a economia, onde os elementos básicos da estrutura social são aqueles que representam os fenómenos de distribuição de poder expressos na trilogia classe-estado-poder. Weber, 1972).

Em todas as sociedades, a classe que detém o poder é a classe dominante e é aquela que impõe os seus interesses, mesmo à custa da oposição de terceiros; são os que promovem as leis que regem a sociedade e os que ocupam as melhores posições sociais, obtendo maiores benefícios e amplos privilégios. Weber

reconhece a multidimensionalidade da pobreza, pois localiza sua origem no poder (Espina-Prieto, 2010).

Deve-se notar que a maioria dessas teorias não aborda directamente a questão da pobreza, mas suas perspectivas analíticas sobre a desigualdade constituem a base para abordar a questão da pobreza como os discursos do desenvolvimentismo da CEPAL. Da mesma forma, observa-se que à medida que o próprio discurso social é sintetizado, o discurso sobre a pobreza também vai se tornando cada vez mais complexo e completo, até atingir as noções mais actuais que a valorizam de forma multidimensional.

Entre as várias definições de pobreza existentes, estão as elaboradas por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e as expressas por instituições como a Comissão Económica para a América Latina, Organização das Nações Unidas (ONU), Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), as diversas organizações não-governamentais (ONGs), organizações políticas e sindicais e pesquisadores independentes dedicados ao assunto.

De acordo com o Banco Mundial (1999), a pobreza é definida como:

Um fenómeno multidimensional, incluindo incapacidade de atender às necessidades básicas, falta de controlo sobre recursos, falta de educação e desenvolvimento de habilidades, saúde precária, desnutrição, falta de moradia, acesso limitado a água e saneamento, vulnerabilidade a mudanças repentinas, violência e crime, falta de liberdade e expressão política.

Para a CEPAL (2000), a noção de pobreza é dada por:

As situações de escassez de recursos económicos ou de condições de vida que a sociedade considera básicas de acordo com padrões sociais de referência que reflectam direitos sociais mínimos e

objectivos públicos. Essas normas são expressas em termos absolutos e relativos, e são variáveis ao longo do tempo e em diferentes espaços nacionais.

Na perspectiva desses conceitos, a pobreza não será vista como um processo unilateral que só encontra lugar na esfera económica, mas vai além, ou seja, na visão contemporânea esse termo alcançou um espaço maior. Essa confluência de interesses não responde às necessidades de conhecimento e acção arbitrária; É o resultado de evidências empíricas, do surgimento e consolidação de características funcionais e processos sociais que aludem a uma profunda expansão dos graus de desigualdade, marginalização e empobrecimento em que um grande número de pessoas se encontram nas sociedades atuais (Vogon-Hernández, 2013).

Assim, as estratégias de combate à pobreza devem visar a criação de maiores oportunidades para os pobres, por meio das quais desenvolvam amplamente suas capacidades e melhorem a educação básica e a saúde, desta forma, a qualidade de vida é directamente aumentada, bem como capacidade da pessoa de obter renda (Sen, 2000).

Maneiras de analisar e medir a pobreza

Existem basicamente dois tipos de pobreza: absoluta e relativa. O primeiro se dá pela impossibilidade de atingir os padrões mínimos de vida como alimentação, saúde e moradia, e o segundo quando não é atingido o nível de renda necessário para satisfazer todas ou parte das necessidades básicas (Flowers-Medina, 2008).

Para analisar a pobreza absoluta, os pobres devem ser distinguidos dos não pobres; Para isso, existe o método da linha de pobreza, que estabelece que famílias com renda abaixo de um determinado valor (linha de pobreza) são pobres. A linha crítica de pobreza é determinada com base no custo total da cesta básica de consumo, que inclui alimentação, moradia, saúde, roupas e

outras despesas. A linha de extrema pobreza considera apenas despesas com alimentação. Essas linhas são comparadas com as despesas reais da casa (Flowers-Medina, 2008).

O que é contraditório neste método é que, por se caracterizar pela sua unidimensionalidade, rendimento insuficiente, centra-se exclusivamente nos insumos disponíveis de indivíduos ou famílias para satisfazer potencialmente as suas necessidades materiais, ou seja, não leva em consideração a possibilidade de acesso aos serviços sociais (López-Pardo, 2008).

Para pobreza relativa, são utilizadas as Necessidades Básicas Insatisfeitas (UBN), que é o estado em que a família se encontra para atingir "níveis adequados de alimentação, vestuário, moradia, serviços de saúde, educação, saneamento ambiental e estímulos socioculturais" (López-Pardo, 2008, p. 33).

Além disso, na perspectiva da UBN, a pobreza é entendida como um fenómeno social de natureza relacional, caracterizado pela privação de recursos, que limita a capacidade dos indivíduos de participarem e se integrarem socialmente, aproximando-se assim do conceito de desigualdade (Zabala-Argüelles, 2009).

A abordagem NBI inclui o conjunto de necessidades que uma comunidade requer e não é baseada nas necessidades de sobrevivência física individual ou familiar; Implica também, considerando a estrutura de equipamentos e serviços universais e públicos com que a comunidade pode contar, ou seja, saúde e educação, esse medidor tem outros parâmetros para calculá-lo: moradias inadequadas, moradias sem serviços básicos, superlotação crítica, absenteísmo escolar e alto nível de dependência económica. Se uma família atender a qualquer uma dessas condições, ela é considerada "pobre", e todos os seus membros serão pobres, e se mais de um o fizer, considera-se que essa família e seus membros estão em uma situação de "miséria" (López-Pardo, 2008).

Este método mede o consumo efectivo de bens e serviços sociais para estabelecer a satisfação de um conjunto de necessidades consideradas essenciais: habitação, água, esgotos, electricidade, mobiliário e utensílios domésticos, educação de adultos, frequência escolar de menores e tempo disponível, que permitem o situação de cada família a ser comparada com o nível mínimo. Mas, segundo esse método, pobreza é basicamente a falta de acesso a serviços essenciais e, portanto, identifica aqueles cujo consumo real não atende aos padrões convencionais de necessidades mínimas (Székely & Rascón, 2005).

De um modo geral, estes métodos têm como limitações a consideração insuficiente das mais diversas dimensões do fenómeno da pobreza, o que lhe confere uma condição essencialmente carenciada, bem como o seu carácter estático com destaque para a medição da incidência, magnitude e intensidade.

Ao nível metodológico, destaca-se o primado das metodologias quantitativas, basicamente para a análise do rendimento e do consumo das famílias, que permitem analisar a magnitude, intensidade, evolução e localização da pobreza; enquanto o desenvolvimento de metodologias qualitativas tem sido muito mais limitado, relevante para o aprofundamento das dimensões socioculturais e subjetivas desse fenómeno (Zabala-Argüelles, 2009).

Os estudos sobre a pobreza têm se caracterizado historicamente pela absolutização da dimensão económica, que a associa a insuficiências ou deficiências em termos de renda e consumo e, consequentemente, a omissão de questões relacionadas à participação social, efectivação de direitos, segurança, justiça, cidadania, bem como aspectos socioculturais e subjetivos, com a conseqüente incidência de tais concepções na identificação, mensuração e compreensão do fenômeno e na concepção das estratégias necessárias à sua atenção (Trigo, 2009).

Graças à visão contemporânea, foi possível reconhecer a pobreza como um processo multidimensional que tem contribuído para ampliar suas dimensões e manifestações, por sua vez, nos permitiu captar alguns indicadores qualitativos como vulnerabilidade, isolamento, inferioridade social, humilhação e exclusão. (López-Pardo, 2008).

A noção de pobreza expressa situações de escassez de recursos económicos, entendida como a ausência ou insuficiência de renda que afecta proporcionalmente o consumo de bens materiais e espirituais ou a insatisfação com necessidades básicas como moradia, alimentação, emprego, lazer, saúde e educação, entre outros., de acordo com as normas sociais que reflectem direitos sociais mínimos e objectivos públicos.

Análise da pobreza em Angola

Para a África, a pobreza sempre foi um flagelo, ganhando força e afectando uma alta percentagem da população: junto com a desigualdade social, a pobreza continua sendo o principal desafio para toda a região. No caso de Angola, de acordo com os resultados publicados em 2020 pelo Instituto Nacional de Estatísticas Multidimensionais da Pobreza, a incidência da pobreza a nível nacional é estimada em 54,0%, ou seja, mais de 5 em cada 10 pessoas são multidimensionais pobres. A taxa média de intensidade da pobreza é de 48,9%; Isto indica que os angolanos pobres sofrem cerca de metade das privações dos indicadores incluídos no relatório, nomeadamente saúde, educação, qualidade de vida e emprego.

Para orientar as políticas públicas, este relatório apresenta conclusões abrangentes sobre a composição da pobreza multidimensional em Angola. De referir que mais de quatro em cada dez angolanos são pobres, com privação de habitação de qualidade adequada (44,2%) ou electricidade (43,7%) ou registo civil (43,3%).

Além disso, apresenta grandes disparidades económicas de acordo com a

região geográfica; a taxa de incidência da pobreza multidimensional nas áreas rurais (87,8%) é mais do que o dobro da taxa de incidência nas áreas urbanas (35,0%). As províncias mais pobres apresentam uma proporção mais elevada da população que vive na pobreza multidimensional e com uma elevada intensidade de pobreza. As províncias do Bié, Cunene, Lunda Norte Moxico, Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza sul e Huambo têm uma taxa de incidência de pobreza superior a 70%; enquanto, a província de Luanda apresenta a menor taxa de incidência de pobreza, com 23,7%. O relatório também destaca a importância de se atentar para a situação das crianças menores de 9 anos, com maior taxa de incidência de pobreza multidimensional (64,3%) em comparação com qualquer outra faixa etária.

Outra característica que acentua a pobreza se reflecte na "feminização da pobreza"; o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015 alertou sobre a dramática situação das mulheres no mundo; dos 1,3 bilhão de pessoas que vivem na pobreza absoluta, a maioria são mulheres.

Pobreza crescente das mulheres tem sido atribuída à sua desigualdade no mercado de trabalho, à forma como são tratadas no sistema de segurança social e à sua situação e falta de poder na família (ONU, 2015, p.6).

O relatório apresenta vários exemplos que ilustram as profundas lacunas de género e privações das mulheres em todo o mundo, incluindo:

- Eles possuem um décimo do dinheiro que circula no mundo e um centésimo de todas as propriedades;
- Sua contribuição económica é desvalorizada: eles fazem 52% do trabalho mundial, mas apenas um terço é remunerado, enquanto os homens fazem 48%, mas três quartos são pagos;
- Acesso desigual das mulheres às oportunidades económicas, incluindo

crédito bancário, terras e outras propriedades;

- Sua participação na força de trabalho aumentou apenas ligeiramente nos últimos anos, e aqueles que trabalham enfrentam discriminação persistente no emprego - expressa em salários médios mais baixos do que os dos homens e taxas de desemprego mais altas - não se formalizar e ter empregos precários;
- Mais de dois terços dos 900 milhões de adultos analfabetos no mundo são mulheres; A maioria dos 130 milhões de crianças que não têm acesso à escola primária são meninas;
- As mulheres adultas sofrem de desnutrição em maior grau do que os homens, persistem altas taxas de mortalidade materna em várias regiões do mundo;
- Nos países em desenvolvimento, representam apenas um sétimo do pessoal administrativo e executivo;
- Representam 10% dos parlamentos, 6% dos cargos ministeriais e 14% dos cargos administrativos (ONU, 2015, p. 8).

Foi demonstrado que os domicílios chefiados por mulheres são os mais pobres dos pobres e aponta-se que um dos motivos é que o salário das mulheres chefes de família no mercado de trabalho é inferior ao dos homens, o que é agravado pela discriminação que as mulheres chefes de família sofrem para conseguir um trabalho bem remunerado (Arraigada, 2006); situação que também é comum em Angola.

Para um enfrentamento eficaz da pobreza em Angola, não bastam medidas paliativas e incidam apenas sobre as populações definidas como pobres, é necessário reestruturar estratégias de desenvolvimento, reavaliar o papel do Estado como representante da vontade popular no quadro de regimes democráticos autênticos, que devem ser

promovidas mudanças substanciais nas políticas, abordagens e atitudes que permitam o engajamento activo e participativo das populações.

Entre os mecanismos que o Estado pode promover estão: a criação de um bom sistema educacional, um novo estilo de crescimento e desenvolvimento voltado para o fortalecimento do mercado interno, a geração de empregos, a melhoria das condições de vida e a eficiência do gasto público; além de fomentar uma maior participação da sociedade no enfrentamento da pobreza, organizando e promovendo programas sociais, sensibilizando os ricos para a erradicação da pobreza e incorporando as ONGs na formação de gestores sociais.

Análise da pobreza a partir de uma perspectiva de género

O interesse em analisar o fenómeno da pobreza a partir de uma perspectiva de género baseia-se na necessidade de reconhecer que a pobreza afecta homens e mulheres de maneiras diferentes. Trata-se de identificar os factores de género que influenciam a predisposição das pessoas para viver na pobreza (Godoy, 2004).

Os estudos de género têm suas raízes no movimento feminista, que é considerado um movimento social e político que começou formalmente no final do século 18 e que envolve a consciência das mulheres como um grupo humano e a opressão, dominação e exploração das mulheres. Foram e são submetidos pelo homem, o que os move para a acção de libertação e transformação social (Instituto Nacional de Pesquisas Económicas, 2004). No contexto das lutas vingativas das mulheres pela conquista de sua autonomia social, surge o termo género, dentro das Ciências Sociais, contra o sexo, considerando o primeiro como elementos sociais e culturais, enquanto o segundo se refere aos componentes biológicos (Astelarra, 1998).

A partir desse momento, múltiplas concepções do termo género proliferaram nas mãos de diferentes autores, que a partir de suas diferentes perspectivas

deixaram suas marcas, mas de uma forma ou de outra o determinaram como uma construção social que estabelecia a distribuição desigual de poder.

Um exemplo claro do exposto é o conceito desenvolvido por Lagarde (2007), que em sua obra "Género e Feminismo" defende que género é uma construção simbólica que incorpora atributos sociais, económicos, políticos, culturais e jurídicos, entre outros, atribuídos a pessoas com base no sexo, ou seja, os papéis sociais são atribuídos de acordo com o género.

Embora os estudos de género tenham surgido com o movimento feminista, é uma perspectiva que existe há muito tempo e sempre foi identificada com o panorama feminino (O'Leary, 2008), mas hoje ampliou seu espectro, incluindo estudos sobre a pobreza.

Outro elemento que tem marcado a pobreza na perspectiva de género é o seu enriquecimento conceitual ao ir além de sua descrição, entendendo-a como um processo multicausal e multidimensional que não se manifesta igualmente nos contextos da vida social (Instituto Nacional de Investigaciones Económica, 2004)

Na década de 1980, algumas feministas do terceiro mundo começaram a analisar o fenómeno da pobreza a partir de uma perspectiva de género, identificando uma série de factores dentro da pobreza que afectavam especificamente as mulheres, e apontaram que a pobreza das mulheres é mais aguda do que a dos homens e há uma tendência para um aumento mais pronunciado da pobreza nelas, particularmente em relação ao aumento dos domicílios chefiados por mulheres (Acosta-Díaz, 2001), uma vez que as mulheres sofrem mais discriminação no mercado de trabalho, têm rendimentos médios mais baixos, menos controle sobre os recursos, e grande presença no sector informal urbano, caracterizado por baixos salários e falta de segurança social e jurídica (Godoy, 2004).

Para dar conta desses fatos, utilizou-se a "feminização da pobreza", embora sua

abordagem tenha sido objecto de debate, uma vez que não foi determinado com precisão o que constitui esse fenómeno (Zabala-Argüelles, 2009); no entanto, sua existência deixou claro que as mulheres estão sobre representadas entre os pobres e, particularmente, entre as famílias pobres.

Outro elemento que tem elucidado a “feminização da pobreza” é a necessidade de reconhecer que homens e mulheres sofrem de pobreza de forma diferenciada e que o género é determinante, assim como a idade, etnia e localização geográfica, entre outros. O género influencia a pobreza e aumenta a vulnerabilidade das mulheres a sofrê-la, uma vez que a divisão do trabalho por sexo dá às mulheres espaço doméstico e limita as oportunidades de acesso a serviços e recursos sociais (propriedade, capital produtivo, trabalho remunerado, educação e treinamento), bem como participar nas decisões políticas, económicas e sociais.

Além disso, poucos países obtêm a mesma renda por trabalho igual para homens e mulheres; a existência de grande segmentação ocupacional, tanto vertical como horizontal, significa que as mulheres não ocupam os mesmos empregos nem têm acesso a níveis de emprego mais elevados; A isso se somam as visões essencialistas que atribuem às mulheres características que as colocam em situação de inferioridade em relação aos homens, vinculando-as às tarefas domésticas e reprodutivas. A divisão sexual do trabalho e as hierarquias sociais que se constroem a partir dessa divisão determinam uma situação de privação para as mulheres em diferentes contextos como o social e o laboral, principalmente no mercado de trabalho e na seguridade social (Arraigada, 2006).

Na verdade, as mulheres não apenas possuem bens materiais relativamente escassos, seus bens e serviços sociais e renda também são poucos, seus laços sociais e culturais, educação formal e conhecimento cultural que lhes permitem ter acesso a um trabalho melhor são

limitados, o que significa que as mulheres colocam você em maior risco em face da pobreza (Godoy, 2004).

Outra expressão das limitações sofridas pelas mulheres no acesso a diferentes tipos de bens são as taxas de analfabetismo. Embora essas taxas que historicamente afectam as mulheres tenham diminuído, ainda há um maior número de mulheres entre os analfabetos (National Instituto o Economico Research, 2004), devido ao fato de as mulheres interromperem os estudos para se dedicarem às tarefas domésticas enquanto os homens o fazem. Dedicar-se ao trabalho remunerado (Zabala-Argüelles, 2009); Assim, no caso das mulheres, além de medir a pobreza em termos de renda, é importante medir a pobreza em termos de tempo, porque uma parte importante do trabalho doméstico feminino não é valorizado monetariamente, mas pode ser medido em termos de tempo (Barrón, 2004) e não só fazem trabalhos domésticos, mas em alguns casos têm trabalhos extrafamiliares.

Por outro lado, a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho não significa uma incorporação paralela dos homens às actividades domésticas e ao cuidado de crianças, idosos, demais familiares e doentes (Arraigada, 2006). Em suma, a jornada de trabalho feminina é mais longa que a masculina, pois inclui trabalho remunerado e não remunerado.

A autonomia económica e a violência de género são outras dimensões importantes para visualizar como a pobreza afecta homens e mulheres de maneiras diferentes. A autonomia económica é entendida como a disponibilidade de renda própria das pessoas para satisfazer suas necessidades (Godó, 2004); É um elemento significativo na análise da pobreza a partir de uma perspectiva de género, pois a desigualdade de oportunidades que afecta o acesso das mulheres ao trabalho remunerado afecta suas possibilidades de alcançar essa autonomia económica.

Nesta perspectiva, é possível tornar visível

a situação de pobreza de alguns grupos de pessoas, que geralmente permanece oculta. Um exemplo disso são as pessoas que, embora vivam em famílias não pobres, individualmente não possuem uma renda própria que lhes permita atender às suas necessidades de forma independente; Esta é uma situação de grande número de esposas que, devido à actividade essencialmente doméstica, se encontram em situação de dependência do chefe do agregado familiar (Arraigada, 2006).

A violência, como diria Godo (2004), em seu artigo "Compreendendo a pobreza na perspectiva de género" é considerada um factor que impede o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, fazendo com que as mulheres tenham menos oportunidades de alcançar sua autonomia, o desenvolvimento económico e o exercício dos seus direitos de cidadania "(p. 104), portanto, constitui um importante componente na geração da pobreza, uma vez que a violência retarda o desenvolvimento económico das mulheres vítimas (Astelarra, 1998).

Outra contribuição da perspectiva de género para a análise da pobreza foi tornar visível a discriminação sofrida pelas mulheres tanto na esfera pública quanto no domicílio, o que evidencia, em ambos os casos, as relações de poder existentes nesses sectores e as desigualdades na distribuição das mulheres. Recurso para ambos os sexos, sem falar que o estudo da pobreza na perspectiva de género tem permitido o desenho de políticas que orientem medidas para as situações mais graves e vulneráveis de pobreza (Instituto Nacional de Pesquisas Económicas, 2004).

Em suma, a perspectiva de género dá uma contribuição significativa para a análise do conceito de pobreza, pois o levanta de forma abrangente e dinâmica e identifica outras dimensões nas quais o fenómeno se expressa. Além disso, a exemplo das críticas a outras abordagens, a perspectiva de género se opõe a uma definição de pobreza baseada exclusivamente na renda e destaca que esse fenómeno envolve aspectos materiais

e imateriais, simbólicos e culturais, e hierarquias sociais, que determinam um maior ou menor acesso de pessoas, de acordo com seu género, aos recursos materiais, sociais e culturais. Nesse sentido, o género das pessoas pode determinar o nível de pobreza e o risco de sofrê-la.

Monoparentalidade como uma espécie de família

Dentre as tendências globais mais importantes que caracterizam o desenvolvimento das famílias contemporâneas, identifica-se a maior diversidade familiar, que se manifesta no aumento da chefia feminina e da monoparentalidade, devido ao papel predominante das mulheres no sustento dos lares que, junto com o aumento na participação social das mulheres, eles condicionaram importantes mudanças socioculturais que levaram ao surgimento de novos modelos e papéis familiares a elas associados (Zabala-Argüelles, 2009).

Muitos são os factores que interferem na presença desse fenómeno na sociedade; uns de cunho económico, outros de origem social, mas de uma forma ou de outra, influenciam a predominância das mulheres hoje como eixo central de seus lares. Estas incluem transformações macroestruturais socioeconómicas, reestruturação produtiva, urbanização, terceirização e feminização do mercado de trabalho, entre outras; bem como mudanças demográficas: mortalidade por sexo (que é mais prevalente em homens), maior expectativa de vida ao nascer (principalmente para mulheres), menor frequência de novos casamentos para viúvas, separadas e divorciadas, novos padrões de união matrimonial e dissolução familiar, etc. (Coppari, et al., 2018).

Sem dúvida, essas mudanças na situação social das mulheres têm proporcionado maior independência e autonomia, crescente participação socioeconómica e incorporação ao trabalho e à educação (Fleitas-Ruiz, 2005). A independência e autonomia conquistadas pelas mulheres têm levado ao aumento de famílias

monoparentais. Mas o que são famílias monoparentais?

As chamadas famílias monoparentais são estruturas e dinâmicas familiares caracteristicamente constituídas por um núcleo familiar formado por um dos progenitores (feminino ou masculino) e sua progénie. O que define particularmente esses arranjos familiares é a assunção, por parte do pai ou da mãe, da chefia da família, ou seja, o conjunto de responsabilidades e tarefas que exigem o cuidado diário dos filhos e a sobrevivência do grupo familiar (Barrón, 2002).

A associação é válida, mas não determinante; Estabelecer uma família monoparental não simboliza ser o chefe da família, uma vez que as famílias monoparentais muitas vezes fazem parte de um núcleo familiar superior (famílias extensas), onde a supremacia não é responsabilidade do progenitor da família monoparental; Tais distinções permitem especificar situações relacionadas à mulher chefe de família quando a família monoparental divide o domicílio com outros membros, que vão além de assumir a chefia apenas em relação aos seus descendentes, em relação à família como um todo. ou a assunção compartilhada da sede familiar (Zabala-Argüelles, 2009).

Outro aspecto importante que Barrón (2004) investiga é o conteúdo da liderança monoparental, na qual considera três dimensões básicas: económica, prática e jurídica. A dimensão económica refere-se ao fato de que a família monoparental constitui uma unidade autónoma de renda, abastecimento económico, ou pelo menos o pai actual é o responsável por administrar as receitas e despesas necessárias à sobrevivência do grupo monoparental. A dimensão prática é a capacidade de decidir e se responsabilizar pelas questões que afectam o grupo familiar: produção, consumo e distribuição de bens e serviços que se desenvolvem no ambiente doméstico e extra-doméstico; bem como a autoridade de controlo social, auxílio no

desenvolvimento emocional e social dos membros sob sua responsabilidade, formação e socialização. Legal inclui tutela e custódia de crianças.

Dentre os espaços que levam à monoparentalidade, identificam-se: a maternidade solitária ou extraconjugal, a viudez, a separação e / ou o divórcio, geralmente referidos à situação feminina pela presença majoritária de configurações matrifocais.

Essas famílias em geral se caracterizam por um modo de vida de precárias condições socioeconómicas e psicológicas, insuficiente autonomia e autodeterminação diante de circunstâncias externas, baixo nível de desenvolvimento de projectos, planos, intenções e aspirações que orientam comportamentos para a realização de as metas estabelecidas, ênfase na sobrevivência cotidiana e pouca estruturação do futuro, insuficiente desenvolvimento de habilidades motivacionais que permitam um pleno trabalho e vida profissional, bem como limitado desenvolvimento de valores em que o pessoal e o social se articulem de forma coerente com um sentido significativo.

Embora a monoparentalidade se manifeste em dois aspectos: feminino e masculino, para o desenvolvimento do trabalho a mulher é enfatizada como representação do fenómeno, pois o chefe da família é o mais identificado e relacionado à família monoparental, e a maioria exposta ao fenómeno pobreza, ressaltando que condições socioeconómicas desfavoráveis e aspectos da subjectividade dos atores sociais condicionam a vulnerabilidade do desempenho das mulheres chefes de família. Outra razão é a escassa existência de estudos sobre a pobreza de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

A análise anteriormente efectuada sobre a pobreza numa perspectiva de género, em que se revelou a diferença no comportamento da pobreza entre mulheres e homens, sendo mais acentuada no caso das mulheres, estende-se às famílias angolanas

monoparentais lideradas por são.

As famílias chefiadas por mulheres caracterizam-se pelo predomínio de estruturas juvenis, analfabetismo e pobreza; Eles também estão ligados a outros problemas sociais e económicos, como desvantagem social, comportamento marginal, baixa renda, desemprego, etc. A literatura consultada mostra a precariedade económica existente nessas famílias, associada a deficiências socioculturais, entre elas o insuficiente nível educacional e cultural das mulheres, um direito que é violado e constitui uma desvantagem social ao limitar seu acesso ao trabalho remunerado.

A análise de uma perspectiva de género mostra a posição vulnerável das mulheres no contexto familiar e, como resultado, a desvantagem relativa das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Esta vulnerabilidade e desvantagem assentam num padrão de dependência económica feminina, que neste caso é reafirmado pelos baixos salários que recebem, o que também é reforçado por um conjunto de valores e expectativas que conferem maior responsabilidade pelo lar e pelos filhos, bem como sua subordinação económica e social.

É necessário enfatizar que as estratégias implementadas para solucionar esses problemas priorizam os problemas materiais e a sobrevivência imediata, sem se aprofundar suficientemente em suas causas. Os projectos familiares, quando existem, apresentam baixo nível de estruturação e elaboração, sua perspectiva temporal está vinculada a uma visão de vida de curto prazo, portanto, expressam demandas assistenciais com baixo nível de demanda, ao invés de aspirações futuras.

CONCLUSÕES

A revisão bibliográfica e a análise documental permitem concluir que:

- As famílias monoparentais em geral

caracterizam-se por um modo de vida de precárias condições socioeconómicas e psicológicas, insuficiente autonomia e autodeterminação diante de circunstâncias externas, baixo nível de desenvolvimento de projectos, planos, intenções e aspirações que orientam comportamentos no sentido o cumprimento das metas estabelecidas, ênfase na sobrevivência diária e pouca estruturação do futuro, insuficiente desenvolvimento de habilidades motivacionais que permitam um trabalho pleno e uma vida profissional plena.

- Há um baixo nível de integração social dessas famílias e falta de cobertura de serviços de educação e saúde, há processos de exclusão social que violam seus direitos de acesso aos serviços sociais básicos. A baixa participação social efectiva dessas famílias nas organizações e instituições sociais, bem como as percepções estigmatizantes que, aliadas à desqualificação e ao risco que a pobreza representa, podem configurar potencialmente formas de exclusão social.
- A análise de uma perspectiva de género mostra a posição vulnerável das mulheres no contexto familiar e, como resultado, a desvantagem relativa das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Esta vulnerabilidade e desvantagem assentam num padrão de dependência económica feminina, que neste caso é reafirmado pelos baixos salários que recebem no trabalho, o que também é reforçado por um conjunto de valores e expectativas que conferem maiores responsabilidades domésticas e económicas. E subordinação social.
- Algumas das características sociodemográficas predominantes entre as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são: estruturas juvenis de tamanho

médio, analfabetismo e pobreza; Eles também estão ligados a outros problemas sociais e económicos, como desvantagem social, comportamento marginal, baixa renda, desemprego, etc.

- As estratégias que se desenvolvem para resolver os problemas da pobreza, embora tenha mostrado flexibilidade e adaptabilidade às condições existentes, privilegiam os problemas materiais e a sobrevivência imediata, sem se aprofundar suficientemente nas suas causas. Os projectos familiares, quando existem, apresentam baixo grau de estruturação e elaboração, sua perspectiva temporal está vinculada a uma visão de curto prazo, portanto, expressam demandas assistenciais com baixo nível de demanda, ao invés de aspirações futuras.

LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS

As limitações da informação estatística no país sobre a situação socioeconómica das famílias e as dificuldades de acesso à mesma têm impedido a apresentação de dados sobre as condições materiais de vida dos agregados familiares angolanos, ou seja, sobre os seus rendimentos e despesas correntes. Por outro lado, a metodologia descritiva apresenta algumas limitações, inclusive aquelas que se referem à generalização dos resultados da pesquisa.

O estudo da relação entre família e pobreza mostrou complexidade na ordem teórica e metodológica, bem como sua expressão concreta no aprofundamento das causas e efeitos para as famílias pobres. Essa complexidade justifica a necessidade de realização de novos estudos a partir de um tratamento multidimensional e com abordagem interdisciplinar.

RECONHECIMENTO

Os autores agradecem a colaboração prestada por colegas e autoridades do Instituto Superior Politécnico Evangélico de Lubango,(ISPEL) para a realização da investigação.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- Acosta-Díaz, F. (2001). *Jefatura de hogar femenina y bienestar familiar: resultados de la investigación empírica. Pap. Poblac*, 7(28). http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252001000200003
- Arraigada, I. (2006). Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. *Revista Trimestral Latinoamericana y Caribeña de Desarrollo Sustentable*. CEPAL 85, ABRIL 2005. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11002/08510113_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Astelarra, J. (1998). *El sistema de género. Mimeo de material didáctico*. Universidad Autónoma de Barcelona.
- Ayala Ayala, J. P., Correa Marquinez, L. C., & Campuzano Vásquez, J. A. (2021). Indicador de pobreza por ingreso en Ecuador y el efecto Covid-19, del 2010 al 2020. *Sociedad & Tecnología*, 4(2), 248–264. <https://doi.org/10.51247/st.v4i2.108>
- Banco Mundial, (1999). *Informe sobre el desarrollo mundial. Lucha contra la pobreza*. Washington DC: Banco Mundial.
- Barrón, P., M. (2002). *Programas sociales enfocados en el combate a la pobreza*. México D. F.: Coyoacan.
- Becerra Erráez, M. A., Guarnizo Púa, D. A., Campuzano Vásquez, J. A., &

- Dávila Herrera, S. (2021). Economía popular y solidaria y bono de desarrollo humano en la provincia de El Oro. *Sociedad & Tecnología*, 4(S2), 320-334. [https://doi.org/10.51247/st.v4i\(S2\).154](https://doi.org/10.51247/st.v4i(S2).154)
- Coppari, N., Bagnoli, L., Codas, G., López-Humada, H., Martínez-Cañete, U., Martínez, L. & Montaña, M. (2018). Summa psicol. UST, 15(1), 43-51 <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1094921>.
- CEPAL. Comisión Económica para América Latina (2000). *Pobreza y empleo*. www.eclac.org/publicaciones/xml/2/Employment.pdf
- Espina-Prieto, M. (2010). *Pobreza Desigualdad y Desenvolvimiento*. Buenos Aires: CLAPSO.
- Espinoza Freire, E. E. (2019). Las variables y su operacionalización en la investigación educativa. Segunda parte. *Conrado*, 15(69), 171-180.
- Fleitas-Ruiz, R. (2005). *Familias pobres y desigualdades de género*. Bogotá: Colección CLAPSO
- Flowers-Medina, R. (2008). *Poverty Maps*. Universidad de Cajamarca. Perú.
- Godoy, L. (2004) *Entender la pobreza desde una perspectiva de género*. Santiago de Chile: CEPAL-UNIFEM.
- Instituto Nacional de Investigaciones Económicas (2004). Política social y reformas estructurales: Cuba a principios del siglo XXI, Editorial: CEPAL, PNUD, INIE. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/25672-politica-social-reformas-estructurales-cuba-principios-siglo-xxi>
- Lagarde, M. (1997). *Género y feminismo. Desarrollo humano y democracia*. Barcelona: Editorial Barcelona.
- López-Pardo, C. (2008). Concepto y medición de la pobreza. *Revista Cubana de Salud Pública*, 33(4).
- DOI:10.1590/S0864-34662007000400003
- Marx, K. (1997). *Contribución a la crítica de la economía política*. Obras Completa La Habana: Pueblo y Educación.
- O'leary, J. (2008). *¿Erradicar la "pobreza" o los pobres?* Universidad de Minnesota, Minneapolis.
- ONU (2015). Informe sobre desarrollo humano 2015. PNUD. <https://www1.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/hdr/2015-human-development-report.html>
- Romero Carrera, E. C., Pachano Zurita, A. C., & Pangol Lascano, A. M. (2021). Responsabilidad solidaria en el derecho al trabajo en el Ecuador. *Sociedad & Tecnología*, 4(S2), 680-693. <https://doi.org/10.51247/st.v4iS2.178>
- Sen, A. (2000). Sobre conceptos y medidas de pobreza. México D. F. *Revista Comercio Exterior*, 42 (4).
- Székely, M. & Rascón, E. (2005). México 2000-2002: Reducción de la pobreza con estabilidad y expansión de programas sociales Centro de Investigación y Docencia Económicas, A. C. Distrito Federal, México *Revista Economía Mexicana. Nueva Época*, 14(2), segundo semestre, 217-269
- Trigo C. (2009). Empobrecimiento, pobres nuevos y viejos pobres. Un palimpsesto de inscripciones borrosas. *Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad* 19(55).
- Voggon-Hernández, R., M. (2013). *La construcción social de la pobreza: perspectivas, alternativas y críticas*. Bogotá: CLAPSO
- Weber, M. (1972). Clase, 'status', partido. En: O Velho et al. (orgs). *Estructura de clases y estratificación social*. (pp. 61-83). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Zabala-Argüelles, M., C. (2009). *Pobreza, exclusión social y discriminación*. Bogotá: CLAPSO.

CONTRIBUCIÓN DE LOS COAUTORES

Coautor	Responsabilidad
Yohandra Rad Camayd	Autora principal, responsable de la planificación y ejecución de la investigación. Redacción del artículo.
Horacio Salvador Hernández	Recuperó los materiales bibliográficos consultados. Participó en la redacción del artículo.

BIOGRAFÍA DE AUTORES

Yohandra Rad Camayd

Licenciada en Sociología por la Universidad de Oriente, Ms. C. En Educación Superior por la Universidad de Oriente. Dr. C. Pedagógica por el Centro de Estudios de la Educación Superior Manuel F. Grant. Especialista En Investigaciones Sociales. Profesora Auxiliar de la Universidad de Namibe. Angola.

Eugénio Namuele Guli

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Agostinho Neto.
Ms. C. em Educação pela Universidade Autónoma de Barcelona.
Dr. C. em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique, Professor Auxiliar del Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED_ Huila) Director Geral del Instituto Superior Politécnico Evangélico de Lubango (ISPEL)